

A decisão do Citibank de aumentar suas reservas em mais US\$ 3 bilhões para se prevenir contra uma eventual perda no pagamento dos empréstimos feitos a países do Terceiro Mundo, entre os quais o Brasil — seu principal devedor —, é vista com tranquilidade pelo governo brasileiro. Segundo o porta-voz da Presidência da República, Frota Neto, a ação do Citibank não vai provocar nenhuma mudança nas posições tomadas pelo governo em relação à renegociação da dívida externa. Opinião semelhante tem o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que ontem classificou a atitude do banco como "de realismo, em princípio positiva", enfatizando que o Citibank está decidido a colaborar com o Brasil e até conceder novos empréstimos.

"O Brasil continua disposto a negociar com os bancos credores, e o ministro Bresser Pereira, juntamente com a comissão especial criada pelo presidente Sarney, se prepara para essa negociação", afirmou Frota Neto. Mas o porta-voz lembrou também que a moratória dos pagamentos aos credores particulares está mantida, até que se chegue a um acordo. "As condições que provocaram a moratória técnica continuam a existir", disse Frota, para quem a decisão do Citibank foi tomada exclusivamente em respeito à legislação norte-americana.

Frota Neto disse também que, apesar da situação interna, no setor externo o clima tem melhorado. Como indícios dessa melhora, citou a continuidade de contratos entre o governo brasileiro e agências públicas internacionais, como o Banco Mundial, o BID e o FMI, que esteve até anteontem examinando as contas do governo, "em missão de rotina prevista nos estatutos do Fundo", ressaltou o porta-voz.

Atitude corajosa

Já Fernando Milliet, que fez declarações à imprensa após empregar os novos diretores do Dimec (Diretoria de Mercado de Capitais) e do Diban (Diretoria da Área Bancária), classificou ainda de "corajosa" a atitude do Citibank de reunir provisões para enfrentar o risco de prejuízos em seus créditos no Terceiro Mundo. "As informações que eu tenho — acrescentou — é que o mercado de Nova York recebeu de forma positiva a iniciativa do Citibank. E o reconhecimento de que o problema é de solução mais longa, sendo mais apropriado, portanto, ter um nível de reservas maiores sabendo que a solução será mais demorada". "Consequentemente, prosseguiu, o banco prefere não ter nos ativos essa parte, até que os países devedores tenham um crescimento econômico que comporte um serviço da dívida em proporções maiores."

O presidente do Banco Central fez uma análise do caso do Citibank frisando: "O que existe é que realmente do total da dívida externa de muitos países em desenvolvimento uma parte pode ser administrada sem constrangimento, e outra parte, de certa forma, corresponde a um certo excesso". Daí, frisou, "ao criar reservas sobre os excessos, o Citibank está sinalizando ao mercado que a solução será demorada". "Consequentemente, prosseguiu, o banco prefere não ter nos ativos essa parte, até que os países devedores tenham um crescimento econômico que comporte um serviço da dívida em proporções maiores."

Quanto à possibilidade de o Citibank — e de outros credores — tentar reaver os créditos na Justiça norte-americana, Milliet a descartou: "O presidente do Citibank no Brasil (Michael Kelland) veio pessoalmente procurar o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central para informar que o banco continuará apoiando o Brasil, manterá suas atividades aqui e continuará desempenhando um papel útil, seja no comitê assessor, seja individualmente, como instituição, para ajudar a renegociação da dívida, inclusive fornecendo dinheiro novo, quando necessário". O Citibank opera no Brasil através de 15 agências, estando credenciado como agente distribuidor de recursos do BNDES e para comprar e vender moeda estrangeira. O capital do banco no País soma Cz\$ 857 milhões, e está entre os dez maiores em depósitos a prazo.

Milliet procurou convencer os repórteres de que o Citibank não está adotando uma política hostil contra o Brasil. "O Citibank não fez uma provisão sobre a dívida brasileira, mas uma provisão sobre o seu portfólio, que ele chama de débito soberano, e inclui inúmeros países. A mesma explicação que o presidente do Citibank estava dando às autoridades econômicas brasileiras, simultaneamente à divulgação da nota, em Nova York, era dada também aos governos de outros países. Portanto — concluiu o presidente do BC —, não tem nada que seja individualizado em relação ao Brasil."

Otimismo e pessimismo

A área econômica do governo tem duas interpretações para a decisão do Citibank-Citicorp de aumentar suas reservas para US\$ 3 bilhões para evitar perdas na sua carteira de empréstimos internacionais: a grandes devedores, como o Brasil, a Argentina e o México.

Na visão considerada pessimista, que muitos técnicos familiarizados com as negociações externas chamam de realista, o principal credor brasileiro entre os bancos privados adquiriu o poder de endurecer durante as próximas negociações, exigindo, por exemplo, que, além de um programa econômico consistente e confiável, o governo brasileiro submetesse a economia ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A leitura otimista adverte que a provisão dos US\$ 3,0 bilhões para cobrir eventuais prejuízos abre espaço para o Citibank negociar com o governo brasileiro a conversão de créditos financeiros em capital de risco, um dos pontos basilares da proposta de renegociação que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, submeterá aos credores nas próximas cinco semanas.

Os defensores da visão otimista lembram dois fatos: primeiro, se fosse intenção do Citibank confrontar o governo, simplesmente

Dívida: ^{externa} piorou?

O governo diz, em Brasília, que está tranqüilo e não vai mudar de atitude em relação à dívida. Mas, nos Estados Unidos, fala-se agora em maior rigidez dos bancos em relação ao Terceiro Mundo.

a situação



teria fechado as linhas de crédito de curto prazo, comerciais e interbancárias, assumindo as consequências do congelamento do seu valor à conta do Banco Central, no Exterior, sem render juros.

Segundo, tanto o presidente, John Reed, como o representante do Citibank no Brasil fizeram chegar às autoridades brasileiras, de forma explícita, a manifestação de que a medida adotada não pode ser entendida como confronto e que o banco continua receptivo a uma negociação, quando o governo brasileiro desejar.

Na visão dos técnicos familiarizados com as negociações externas, nem mesmo junto aos demais bancos norte-americanos credores do Brasil a decisão do Citibank terá maior repercussão. A razão é que esses bancos, inclusive os de

grande porte, como o Manufacturers Hanover e o Bank of America, não têm condições de fazer uma provisão na forma realizada pelo Citicorp.

Em vista disso, o fator negativo para o Brasil, que é a repercussão no mercado, se limitará à ação do Citibank, que dentro de mais alguns dias será absorvida, segundo os técnicos.

O ex-presidente do Banco Central, Francisco Gros, disse que considera "uma bobagem" pensar que o Citicorp pretenda cobrar a dívida brasileira na Justiça. Segundo ele, a elevação das reservas do banco não representa um passo nesse sentido e sim "uma medida racional que já foi tomada há muito tempo por outras instituições credoras do Brasil".

Foi "absolutamente técnica" a

decisão tomada pelo Citicorp de aumentar suas reservas, segundo o ex-ministro da fazenda, Dilson Funnaro, para quem a medida é apenas para efeito de contabilização do banco e não significa endurecimento dos credores em relação ao País. "Os bancos europeus já fizeram isso há mais de dois anos", disse ele.

O presidente da Volkswagen, Wolfgang Sauer, também considerou a decisão como "uma forma de defender os acionistas do Citibank, perfeitamente dentro da lei norte-americana".

A decisão do Citicorp foi recebida com ironia pelo presidente da CUT, Jair Meneguelli, que participou da Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa, na Universidade Es-

tadual de Campinas (Unicamp). "Isso significa que não precisamos mais pagar a dívida", reagiu o sindicalista, para quem uma cobrança judicial da dívida "é algo juridicamente impossível".

Para o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquim, a atitude da instituição bancária "antecipa a possibilidade de os países devedores se insurgirem contra o tratamento injusto que está sendo oferecido pelos credores, optando pela suspensão definitiva do pagamento da dívida".

A realização de uma jornada de lutas contra o pagamento da dívida externa, e que resultaria em uma greve geral em toda a América Latina, no dia 23 de outubro, deverá ser aprovada hoje, no encerramento da Conferência.

longo comunicado divulgado pelo Citicorp leva à conclusão de que uma ação pode ser iniciada contra o Brasil?

"Ah, leva. Leva. Porque no momento em que o banco tira do lucro e põe em reserva, ele não economiza imposto de Renda. O IR está sendo pago sobre o lucro dele. Se o seu lucro seria de 500 milhões de dólares, como se imaginava no trimestre, e ele está tendo um prejuízo de 2,5 bilhões de dólares porque transferiu 3 bilhões para a reserva, ele pagará IR sobre os 500 milhões."

Interesses no Brasil

Segundo este banqueiro, para conseguir deduzir do imposto de renda seus prejuízos com empréstimos perdidos, o banco precisa de uma certidão de que esgotou todos os recursos para a cobrança. E a certidão é passada por um juiz. Isto não significa necessariamente que o Citicorp executaria a sentença, e nem poderia, no caso de um país, que é soberano. Já a nível político, atuando com outros bancos no Congresso, o Citi poderia forçar uma mudança de legislação.

"O John Reed está muito bem assessorado. Ele tem interesses muito grandes no Brasil. Eles não são apenas 4,3 bilhões de dólares. São toda uma rede que o banco tem lá, uma rede muito forte. Ele não quer agora fazer declarações que tenham uma repercussão indesejada. Está muito cuidadoso. Uma vez ele declarou que se o Brasil não pagasse sua dívida externa não receberia dinheiro novo nos próximos 20 anos. Foi muito atacado pela imprensa e políticos brasileiros. Mudou de tática: hoje o que ele diz não é exatamente o que está fazendo no banco" — comentou o banqueiro.

Moisés Rabinoivici, de Washington

Créditos externos mais caros e importações difíceis

O Brasil está pagando um preço mais alto para seus créditos de curto prazo, no valor de 15 bilhões de dólares, desde ontem, depois que o Citicorp anunciou que elevava suas reservas para cobrir algumas eventuais perdas em seus empréstimos, num passo que talvez seja agora seguido por outros grandes bancos Norte-Americanos.

"Estamos mortos aos pés dos bancos" — desabafou um dos 15 banqueiros brasileiros em Nova York, resumindo o que qualificou de "terrível situação".

Enquanto a **primeira** (uma taxa que não é usada entre os bancos nos Estados Unidos, onde se usa a **libor**, de Londres) está a 8 e 1/4, os bancos brasileiros estão pagando 8 e 3/4. E a **libor** estava ontem a 7%. O spread ficou entre os 2 e 2,5%.

"A consequência é a de que nós vamos pagar um pouco mais pelos 15 bilhões de dólares. E novamente vamos ter mais dificuldades para financiar as nossas importações. Muito mais" — comenta o banqueiro brasileiro, listando alguns sinais já detectados de "um crescendo nas dificuldades".

1) A Petrobrás enfrentou sérios obstáculos para abrir cartas de crédito para importar petróleo recentemente;

2) A indústria farmacêutica está encontrando a maior resistência para importar seus produtos, pois não há quem confirme suas cartas de crédito;

3) A Siderbrás, que precisa importar carvão, está pagando uma comissão de 5% ao ano para conseguir confirmações de cartas de crédito (antes, elas eram dadas a 1%), o que encarece a produção nacional;

4) A indústria automobilística está tendo dificuldades em sua importação rotineira de 2 a 3% de componentes para os veículos que fabrica;

5) Sem receber o direito auto-

ral antecipado, uma gravadora norte-americana não exportou a matriz de um disco que uma gravadora nacional queria lançar no Brasil.

"Milhares de importadores brasileiros estão passando por esta situação, e os exemplos podem ser multiplicados — estes lembrados são apenas os recentes" — comenta o banqueiro brasileiro, acrescentando: "Nós estamos caminhando para o desastre", ele ainda advertiu. "Só não sei onde é o ponto de colisão".

— O sr. acha que o passo dado pelo Citicorp foi perigoso para o Brasil? — perguntei a este banqueiro que pediu para não ser identificado, confirmando uma regra corrente para a imprensa em geral, a de que "banqueiro não tem nome".

"O Citi foi o primeiro banco a enfrentar a realidade. O Citicorp entendeu que a realidade é esta: o Brasil não vai pagar juros nos próximos dois, três anos. E o principal, nem se fala. O Citi fez isto porque era inevitável. Os outros bancos estão numa política de avestruz: enfiam a cabeça no buraco para não ver o perigo".

O próximo banco que talvez siga o Citicorp seja o Manufacturers Hanover, que ontem declarou que "os principais credores (dos países latino-americanos) tinham considerado há algum tempo o mesmo" (elevar as reservas para cobrir perdas com seus empréstimos não pagos). "Agora, isto será mais intensamente considerado." Outros bancos mantiveram-se num silêncio enigmático, com seus porta-vozes em reuniões intermináveis, levando-se em conta as desculpas que a imprensa em geral recebia ao procurá-los. A impressão entre analistas bancários norte-americanos, porém, recolhida pelo *The Wall Street Journal* para a sua edição de ontem, é a de que os outros bancos

acabaram imitando o Citicorp.

"É a melhor coisa que podem fazer, nas atuais circunstâncias", considerou um dos analistas. Já o porta-voz do Federal Reserve Board, Joseph Coyne, comentou que "a decisão do Citicorp não abre um precedente para outros bancos".

Um boato?

O próprio Citicorp, ontem, procurou com insistência pelo *Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, para que comentasse a interpretação de que seu passo de anteontem foi o primeiro na direção de iniciar uma ação judicial contra o Brasil, sem a intenção de executá-la, mas só para descarregar seu prejuízo no imposto de renda, nada quis comentar.

A um repórter que o encontrou antes apenas declarou que "não confirmava nem desmentia" a informação e que "mais tarde falarei sobre isto".

"Vou tratar da história como um boato" — decidiu o repórter. Um boato? Consultada outra vez, a fonte que mostrou que um dos objetivos da decisão do Citicorp seria, a longo prazo, recuperar parte de seu prejuízo, desmentando-o do Imposto de Renda, manteve-se firme, ontem:

"É evidente que existem planos para isso na gaveta dos advogados do Citicorp" — ele afirmou, lembrando até que o antecessor de John S. Reed, o atual presidente do Citicorp, o sr. Walter Wriston, hoje membro do conselho de administração, revelou há pouco tempo, numa conferência que fez numa cidade do interior dos Estados Unidos, que "o Citicorp tinha planos para sequestrar bens brasileiros", cobrando seu empréstimo ao Brasil, de que foi um dos grandes responsáveis, num tempo em que defendia a tese de que "países não vão à bancarrota".

— O sr. acha que a leitura do

LÁ FORA

O anúncio do Citicorp provocou ontem reações diferentes nos meios financeiros norte-americanos e queda nas Bolsas de Valores de Nova York, Londres e Tóquio. O Citicorp é a principal instituição bancária dos Estados Unidos e seu Citibank detém a maior parte da dívida externa brasileira.

Para o Departamento de Tesouro, o Citicorp agora poderá enfrentar em melhores condições as negociações com os países em desenvolvimento. Essa opinião não é a mesma de vários bancos comerciais. Eles acham que o Citicorp não se fortaleceu para negociar com os devedores. Os bancos privados e o Departamento do Tesouro, no entanto, concordam em um ponto: a decisão do Citicorp foi tomada por conta própria e não significa um precedente para outras instituições adotarem medidas semelhantes. Para eles, o Citicorp permanecerá desempenhando um papel fundamental no financiamento de nações devedoras com boa vontade para reformar suas economias, como Argentina, Chile e México.

"A decisão do Citicorp não significa que outros bancos adotarão medida semelhante", afirmou um porta-voz do Instituto de Finanças Internacionais, que agrupa os principais bancos particulares do mundo. "Não sabemos tampouco por que os executivos do Citicorp tomaram essa decisão", prosseguiu.

Para banqueiros de Nova York, a atitude do Citibank é um claro sinal de que a crise da dívida dos países em desenvolvimento, longe de um desfecho satisfatório, na verdade está piorando. Lembraram que no final de 1986 somente os países latino-americanos deviam a astronômica quantia de US\$ 382 bilhões. Por esse motivo, acreditam que a decisão do Citibank pode conduzir a uma situação de maior rigidez por parte dos bancos internacionais nas negociações com o Terceiro Mundo. Eles não compartilham do otimismo do Departamento de Tesouro com o anúncio do Citicorp, que prometeu manter seu apoio a todos os aspectos da estratégia da dívida traçada pelo secretário James Baker, em outubro de 1985, e que estão sendo adotados por alguns organismos internacionais.

Para alguns analistas, a decisão do Citicorp pode estimular outros governos e bancos a buscar novas formas de discutir a crise da dívida, como proposta pelo Plano Baker. Se outros bancos seguirem o Citicorp, poderão fortalecer suas posições nas negociações para renegociar a dívida do Terceiro Mundo.

Menos crédito

Os banqueiros da Europa Ocidental receberam a decisão do Citibank como um sinal de que agora os devedores do Terceiro Mundo terão maiores dificuldades para obter novos empréstimos. Ao mesmo tempo, lembraram, os governos dos países do Terceiro Mundo que exigem renegociações de suas dívidas poderiam descobrir que uma situação de confronto haverá de favorecer, futuramente, os bancos credores.

"Isto quer dizer que um banco pode dizer a um devedor: se não quer negociar conosco, nós podemos vender sua dívida e jamais voltaremos a lhe emprestar um centavo", disse William Vincent, analista bancário da Salomon Brothers International, de Londres. Outros analistas europeus entendem que agora os demais bancos norte-americanos sofrerão intensa pressão para que sigam o exemplo do Citibank.

Os preços das ações na Bolsa de Valores de Londres baixaram ontem por causa do temor criado com a situação da dívida dos países em desenvolvimento. As ações dos bancos foram as que mais baixaram. A queda da Bolsa de Londres seguiu as grandes baixas ocorridas em Nova York e em Tóquio. A Bolsa de Tóquio operou em um clima de pessimismo porque os bancos japoneses possuem vultosos créditos junto aos países latino-americanos. O Japão é o terceiro maior credor dos países do Terceiro Mundo.

Brasil pede novo prazo

O governo brasileiro enviou ontem um telex ao comitê dos bancos em Nova York, pedindo a prorrogação por três meses, das linhas de financiamento do comércio exterior do País. Ao dar a informação, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, acrescentou que esse prazo se destina a dar tempo para o Ministério da Fazenda concluir um programa econômico, a ser apresentado aos credores. O programa é exigido pelo comitê para reabrir as negociações da dívida externa do Brasil. Após o recebimento do telex, o comitê o reprodut, despachando-o para as instituições credoras, que são cerca de 770.

A última vez que o Brasil despachou uma correspondência semelhante foi em 24 de março, quando solicitou a manutenção das linhas de crédito para as importações e exportações. Os bancos responderam com a prorrogação, na maioria dos casos, de apenas dois meses. Antes da moratória o governo sempre conseguia a manutenção garantida dos créditos de curto prazo, por um ano, mas foi havendo uma redução à medida que se agravava a crise brasileira.

Fernando Milliet disse também que a visita da missão do FMI, suspensa ontem para se repetir daqui a duas ou três semanas, não tem relação direta com a negociação da dívida do País com os bancos.